

# Sarney admite a tese

O presidente do PDS, senador José Sarney, afirmou que o parlamentarismo é uma tese permanente no Congresso e a apresentação de emenda constitucional propondo a sua implantação no País pelo deputado Victor Faccioni (PDS-RS) uma oportunidade de avaliar o desempenho do sistema presidencial e examinar as vantagens de outras formas de governo, logo depois que recebeu o deputado gaúcho para uma conversa de 30 minutos, em seu gabinete, ontem à tarde.

Sarney concordou em que o parlamentarismo é o regime que melhor atende às aspirações democráticas e que melhor convive com os conflitos de interesses na sociedade, mas advertiu que, sendo um sistema sofisticado, "ele reclama a existência de instituições fortes e de uma estrutura administrativa eficiente, que os países subdesenvolvidos não costumam ter".

— Não temos instituições consolidadas, infelizmente — disse. E não possuímos uma máquina administrativa operada pelo sistema de mérito. Um país em desenvolvimento não pode apresentar uma estrutura sem deformações, semelhante à que os países mais desenvolvidos possuem. Todos esses ângulos devem ser avaliados quando se examina a vantagem de um regime parlamentar.

De qualquer forma, o presidente do PDS considera o debate "extremamente salutar", pois a discussão visa a aprimorar o sistema de governo. Negou que exista uma crise institucio-

nal no País e insistiu em que o Congresso deve continuar agindo com maturidade, sustentando que "não podemos ser fonte de qualquer dificuldade séria".

— O Congresso — acentuou Sarney — dá uma prova de maturidade, e esse sentimento revelador da seriedade da chamada classe política, é uma garantia de que as instituições estão fortalecidas. Por aqui, até hoje, não passou nenhuma crise.

A esse respeito, disse que o PDS tem cumprido o seu papel, uma vez que é o partido que apoiou a transição do autoritarismo para a democracia. Se o Presidente não tivesse o respaldo que teve de seu partido, "certamente teríamos dificuldades".

O PDS, segundo Sarney, foi a grande ponte por onde transitou a abertura, lembrando que "fomos nós que sustentamos as conquistas mais importantes, desde a Emenda Constitucional nº 11, que revogou todos os atos de exceção, até a eleição direta dos governadores, esperando que o processo de abertura seja coroadado, ainda no governo do presidente João Figueiredo pela reforma constitucional".

Sarney disse que vê o pacote como esforço do Governo para vencer a crise, "uma vez que as medidas adotadas podem parecer amargas, não são desejáveis, mas indispensáveis em face da conjuntura". O objetivo maior do pacote é controlar a inflação e evitar que o desemprego alcance faixas maiores dos trabalhadores.